

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO Pregão Presencial

Compras

PROCESSO Nº 27.000.003203.2014

PREGÃO Pregão Presencial Nº Presencial

ÓRGÃO REQUISITANTE:Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano

SETOR REQUISITANTE:Gerência Executiva de Apoio à Programas Governamentais

1. OBJETO

1.1. Aquisição de Material Permanente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Código	Descrição	Unidade	Lote	Qtde
1	96833	Balança eletrônica com capacidade de 30 kg display vermelho de alto brilho e excelente definição, prato de inox de alta performance; voltagem: Bi-volt; capacidade de 30 kg com divisão de 10g.	Un	Único	211
2	96835	BALANÇA, piso móvel, display digital, coluna com alça para movimentação e capacidade de 300 kg. Garantia mínima de 12 meses.	Un	Único	190
3	96834	Freezer vertical. Capacidade: 560 litros. Externamente em aço inox 304, liga 18.8 e internamente em alumínio liso naval. Sistema de refrigeração por meio de unidade compressora hermeticamente selada com comando automático por programador digital e parede fria, gás ecológico Suva 134. Temperatura de trabalho: 0° C a 18°C. acompanham 04 prateleiras aramadas normatizadas.	Un	Único	84
4	96832	FREEZER horizontal, com as seguintes características: capacidade aproximadas de 410 litros, cor branca, 02 (duas) tampas, dupla função (freezer e conservador), fechadura com chave de segurança que permite o travamento do freezer, alimentação 220 volts, frequência 60 Hz. Garantia mínima de 1 ano.	Un	Único	211
5	93605	MICROCOMPUTADOR DESKTOP TIPO I (Dual Core 4.0GB, HD 500, Monitor 19)PROCESSADOR: 02 (dois) núcleos físicos em uma única pastilha com clock mínimo de 2.9GHz, considerando modo nativo ou Turbo Boost (Intel); Somente serão aceitos processadores Intel de Quarta Geração ou superior e AMD baseados na nova tecnologia APU; PLACA MÃE: Projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado ou desenvolvida especialmente para o mesmo em regime de OEM com a devida comprovação. Não sendo, portanto aceita placas genéricas destinadas ao mercado comum;Chipset mínimo Intel Q87 Express ou AMD A75, modelos superiores serão aceitos; Possuir chip de segurança TPM 1.2 ou superior integrado a mesma, acompanhado do software capaz de implementar as principais funcionalidades do mesmo, conforme descrito a seguir: Deverá ser obrigatoriamente no idioma Português Brasil e do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM devidamente comprovado; Deverá ser capaz de habilitar as principais funcionalidades básicas de segurança oferecidas pelo referido chip TPM na versão 1.2 ou superior, sendo as seguintes: Visualizar configurações e alterar parâmetros da BIOS do equipamento; Verificar as informações como a versão da BIOS e fabricante da mesma, número de serie do equipamento; Verificar tipo, modelo, velocidade e quantidade de memória cache do processador instalado no equipamento; Verificar	Un	Único	127



quantidade de memória RAM instalada; Alterar as configurações e parâmetros de senha na BIOS; Alterar as configurações de dispositivos permitindo ativar e desativar, por exemplo: Portas USB, Seriais e demais dispositivos integrados a placa mãe gerenciados pela BIOS; Alterar a sequência de BOOT do equipamento; Inserir número de etiqueta da patrimônio/tombamento. Deverá possuir módulo que credencie o usuário a fazer logon no equipamento pelo método padrão ou através de impressão digital se utilizando soluções externas de leitor biométrico conectado a porta USB, permitindo assim que o mesmo utilize senha convencional ou o leitor para acessar o sistema operacional. Deverá através do software de segurança gerenciar as permissões dos usuários que utilizam o equipamento permitindo gerar configurações individuais ou por grupo para acesso a recursos de como, por exemplo: Permitir ou Bloquear acesso às portas USB; Permitir ou Bloquear acesso aos periféricos de conexão com o ambiente externo Placa de Rede, Modem, Bluetooth, DVD+/-RW, etc.... Deverá possuir módulo para configurar a segurança e a proteção dos dados gerando uma área para armazenamento de arquivos particulares dos usuários, sendo essa área protegida por criptografia utilizando o chip TPM 1.2. Esse módulo visa garantir que não será possível o acesso indevido aos dados protegidos, mesmo em caso de remoção do disco rígido para outro equipamento uma vez que o acesso aos mesmos está vinculado às credências dos usuários e ao chip TPM do respectivo equipamento. O licenciamento do software deve contemplar suporte, atualização e garantia de evolução pelo período igual à garantia do equipamento ofertado sem qualquer custo adicional. BIOS: Em português ou Inglês, desenvolvida pelo próprio fabricante do equipamento ou em regime de OEM, devidamente comprovado; O fabricante do equipamento deverá prover em seu site da internet todas as atualizações de BIOS, devendo a aplicação permitir atualização online por meio do sistema operacional Microsoft Windows 8 ou 7; Deve possuir o número de série do equipamento em campo editável que permita inserir identificação customizada podendo ser consultada por software de gerenciamento do próprio fabricante ou em regime de OEM devidamente comprovado. INTERFACES: Deverão ser ofertados equipamentos com pelo menos 02(dois) slots de expansão, 01 (um) PCI-E X16 e 01 (um) PCI-E X4 ou superior; 01 (uma) Controladora de disco rígido mínimo SATA-III de 6.0 Gb/s com suporte nativo a Raid 1; Possuir 10 (dez) Portas USB, sendo 4 (quatro) delas no padrão USB 3.0 e as demais no padrão USB 2.0, onde no mínimo 2 (duas) das respectivas posicionadas na parte frontal do gabinete; 04 (quatro) Slots para expansão de memória; expansão de memória mínima 32GB padrão PC3-12800, DDR3-1600 em modo dual channel; MEMÓRIA MÍNIMA: 4GB (1X4GB) padrão PC3-12800, DDR3-1600, devendo possuir mínimo de 02(dois) slots livres para futura expansão; ARMAZENAMENTO: 500 GB, SATA-III, de 6.0 Gb/s, 7.200 RPM com suporte nativo a tecnologia SMART e NCQ (Native Command Queuing), ou em substituição ao NCQ, disco rígido 500GB, SATA-III, de 6.0Gb/s com rotação de 10.000 RPM; DVDRW 8X padrão SATA ou superior; VÍDEO: Compatível com o padrão Full HD, PCI Express X16, podendo ser off-board ou integrada ao processador, com mínimo de 96 (noventa e seis) núcleos de processamento e 128MB padrão DDR-3, deve oferecer suporte ao DirectX 11 e OpenGL 2.x ou OpenCL 1.x, mínimo de 01 (uma) interface VGA e 01 (uma) Display Port, devendo as mesmas serem integradas a placa mãe sem uso de adaptadores/flat cable ou qualquer outra adaptação. REDE: Gigabit Ethernet 10/100/1000MBITS, suporte mínimo as tecnologias DASH 1.x ou em substituição suporte a tecnologia AMT v8.x ou su



perior; Deve permitir nativamente a inicialização do equipamento por comando de rede (Wake-on-Lan); Deve permitir a inicialização do equipamento por PXE versão 2.0 ou superior. ÁUDIO: Compatível com o padrão High Definition Audio, deve possuir alto-falante interno com potência mínima de 1,5 W, conectado à saída de som interna da placa mãe. O alto-falante em questão não é o buzzer da placa mãe, mas um substituto às caixas de som externas. Quando da conexão de fone de ouvido no conector frontal, o alto-falante interno deve ser automaticamente desabilitado, evitando o indesejável efeito de som de duas fontes simultâneas e diferentes. Este conjunto de som interno deve ser a principal fonte de som do equipamento, sendo possível a reprodução de áudio sem a conexão de nenhum dispositivo externo, não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original para se atingir essa exigência; TECLADO e MOUSE: Padrão ABNT-2 USB; Mouse óptico USB com 2(dois) botões e botão de rolagem Scroll, com resolução mínima de 400DPI, devendo acompanhar mouse pad. Ambos do mesmo fabricante da CPU ou em regime de OEM devidamente comprovado; LEITOR DE SMARTCARD: Possuir Leitor de Smartcard por contato, integrado ao teclado ou gabinete; Possuir LED com indicação de operação; Suportar os protocolos T=0 e T=1 para comunicação com o cartão; Compatível com as versões Microsoft Windows 8 e 7; A ação do mesmo não poderá inibir ou desativar outros tokens ou leitores de smartcards; Deverá ser compatível com os cartões de certificados digitais ICP-Brasil; Garantia para 50.000 ciclos de inserção de cartão. GABINETE: Formato reduzido Small Form Factor com volume máximo de 13 (treze) litros; Serão consideradas as medidas externas máximas de altura, largura e profundidade; Deve ser projetado de fábrica para montagem na vertical e horizontal devendo o mesmo ser desenvolvido para esse propósito, não sendo aceito qualquer tipo de adaptação ao modelo original de fábrica para essa função. Deve possuir sistema de resfriamento onde o fluxo de ar deve ser horizontal/linear frontal/traseiro, ou seja, deve ter entrada pela parte frontal do gabinete e saída pela parte traseira. Não serão aceitos gabinetes que a saída do fluxo de ar seja lateral ou com saída de ar para a parte superior do gabinete que no momento da conversão para a opção vertical, venham sofrer bloqueio total ou parcial de quaisquer passagens de fluxo de ar do gabinete. Evitando o aquecimento em locais compactos ou que necessitem suportar o Monitor, não impedindo o fluxo de ar; A estrutura do gabinete (tampa superior) deverá suportar o peso do monitor durante a montagem na horizontal, sem desalinhamento da mesma; Deve possuir tratamento anticorrosivo. Deve atender ao padrão Toolless permitindo assim, a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido, unidade de mídia óptica, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original. Todos os componentes internos deverão estar dispostos de modo a permitir acesso e manuseio com a respectiva tecnologia sem uso de qualquer artifício. Não serão aceitos parafusos recartilhados, nem com adaptadores em substituição aos parafusos previstos para o gabinete; Possuir sistema de trava eletrônica do gabinete com sensor de detecção de intrusão para evitar acessos indevidos ou em substituição, possuir sistema de trava de segurança física incorporada ao gabinete acompanhando chaves de combinação única e sensor de detecção de intrusão para evitar acessos indevidos ao mesmo, não será aceita qualquer tipo de adaptação ao gabinete original para atender a essa exigência como utilização de cadeados. O mecanismo de trava ele



trônica deve permitir o fechamento e abertura por meio do software de gerenciamento desse termo de referência; Deve possuir ainda etiqueta permanente com código de barras em material resistente ao desgaste por abrasão, onde conste a marca, o modelo, a configuração e o número de série do equipamento. FONTE: Possuir chaveamento automático de tensão, potência máxima de 240W, com PFC Ativo e eficiência energética mínima de 85% comprovada pela certificação 80 PLUS. As referências a essa certificação deve ser verificadas no site [www.80plus.org](http://www.80plus.org);

**CERTIFICAÇÕES DO MICROCOMPUTADOR / FABRICANTE:** HCL Microsoft Windows 7 X86 e X64 (<http://winqual.microsoft.com/hcl/>); Deve possuir certificação e compatibilidade com pelo menos uma das distribuições: Suse Linux Enterprise Desktop 11 For Amd64 & Intel64, Red Hat Enterprise Linux 5 ou Ubuntu Linux 10.04 LTS ou em versões superiores das respectivas distribuições. Certificação Partner Gold da Microsoft para o fabricante do equipamento. O fabricante deve possuir sistema de gestão ambiental com base na norma ISO 14001, devidamente comprovado através do respectivo certificado; Os equipamentos não deverão conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances). A comprovação do disposto poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem ofertado cumpre com as exigências do edital, conforme previsto nas recomendações contidas na IN 01-2010 SLTI; Deverá acompanhar a proposta cópia do atestado de conformidade, emitido por um órgão credenciado pelo INMETRO ou documento internacional similar comprovando que o computador está em conformidade com as normas IEC60950 (Safety Of Information Technology Equipment Including Eletrical Business Equipment), normas IEC 61.000 e CISPR22, ROHS (European Union Restriction of Hazardous Substances), Epeat (Eletronic Product Environmental Assessment Tool), com certificado na categoria mínima Gold, certificado NBR 10.152 ou ISO 7779 e ISO 9296 para emissão de ruído. DIVERSOS: O equipamento deverá possuir indicadores (LED, display ou Bips) para facilitar a identificação do componente (memória, processador, vídeo, etc) que esteja com problema, para agilizar o reparo; SEGURANÇA E RASTREAMENTO: O equipamento ofertado deve possuir integrado dispositivo ou funcionalidade na BIOS com características de segurança avançada de rastreamento pela internet que, em caso de furto ou extravio acidental, permita recuperação e localização do mesmo e ainda execução das seguintes funcionalidades: Bloqueio do hardware, impossibilitando que o equipamento seja utilizado ou reutilizado em caso de substituição do HD; Envio de um comando remoto capaz de apagar todas as informações contidas no HD ou arquivos específicos; Gerar logs do histórico de locais em que o equipamento foi utilizado, mostrando em um mapa os endereços, data e hora da conexão; As funcionalidades descritas deverão ser ativadas remotamente através de um console web. Esse dispositivo ou funcionalidade na BIOS deverá estar nativamente presente e pronto para ativação no equipamento ofertado com suporte por todo o período da garantia do hardware, através da aquisição de sua licença não prevista na configuração inicial. SOFTWARE: Acompanhar licença do Microsoft Windows 8 Professional x64 (COA) ou superior com suporte a downgrade. Contudo o equipamento deve vir instalado de fábrica e devidamente configurado com o sistema operacional Microsoft Windows 7



Professional x64. Cada equipamento fornecido deverá acompanhar as referidas mídias de restauração do sistema operacional e drivers, mantendo o padrão de fábrica para ambos os sistemas operacionais do Windows x64 nas versões 8 e 7, possibilitando assim perfeita configuração e utilização dos mesmos em adequação a cada um dos ambientes de TI existentes á critério da administração; MONITOR: Tecnologia LED de matriz ativa com área visível mínima de 19 polegadas TFT; Possuir tela no formato widescreen 16:9; pixel-pitch máximo de 0.285 mm; brilho mínimo de 250 cd/m<sup>2</sup>; contraste estático mínimo de 1000:1 ou dinâmico mínimo de 800.000:1; tempo de resposta de no máximo 6 ms; ângulo de visão horizontal mínimo 160 graus; ângulo de visão vertical mínimo 160 graus; suporte para exibição de pelo menos de 16,2 milhões de cores; suporte a resolução de nativa de 1440x900 a 60 Hz ou superior; possuir características anti-reflexiva e antiestática; possuir interface de conexão tipo D-Sub 15 pinos e DVI; deve possuir base com suporte para ajuste de altura com elevação mínima de 10cm, não sendo aceitas quaisquer adaptações ao modelo original para atender a essa exigência; possuir rotação da tela (Pivot Rotation) mínima de 90 graus, permitindo disposição da imagem e ou texto no formato widescreen vertical; deve ser compatível com Windows 7; deve acompanhar todos os cabos para as interfaces suportadas e ainda adaptador DisplayPort para DVI, compatibilizando assim o monitor com ambas interfaces solicitadas para o microcomputador; fonte de alimentação interna ao gabinete 110/220 volts com comutação automática de voltagem; O monitor ofertado deve ser do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM devidamente comprovado e deve manter ainda os mesmos padrões de cores do gabinete. CERTIFICAÇÕES DO MONITOR / FABRICANTE: Epeat na categoria Silver ou Gold, Energy Star 5x e TCO 5.0 ou superior. O fabricante deve possuir sistema de gestão ambiental com base na norma ISO 14001, devidamente comprovado através do respectivo certificado; Os equipamentos não deverão conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênil polibromados (PBBs), éteres difênil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances). A comprovação do disposto poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, por apresentação do relatório de conformidade ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências (IN 01-2010 SLTI). GARANTIA E SUPORTE PARA TODO CONJUNTO: Garantia do fabricante do equipamento ofertado para todo conjunto, mínima de 36(trinta e seis) meses para reposição de peças, mão de obra e atendimento no local (on-site) para todo Estado da Paraíba. Todos os componentes dos equipamentos devem ser do próprio fabricante ou estar em conformidade com a política de garantia do mesmo, não sendo permitida a integração de itens de terceiros que possam acarretar em perda parcial da garantia ou não realização da manutenção técnica pelo próprio fabricante quando solicitada. A empresa fabricante do equipamento deverá dispor de um número telefônico tipo 0800 para suporte técnico e abertura de chamados técnicos; Todos os drivers para os sistemas operacionais suportados devem estar disponíveis no Web Site do fabricante do equipamento e devem ser facilmente localizados e identificados pelo modelo do equipamento ou código do produto, conforme etiqueta permanente afixada no gabinete; A empresa fabricante do equipamento deverá possuir um sistema atendimento de suporte técnico via Chat através da Internet; A empresa



		<p>fabricante do equipamento deverá possuir um sistema de diagnóstico de hardware através de sua Web Site - diagnóstico remoto. Caso a mesmo não possua o software em seu Web Site, deverá fornecer juntamente com os equipamentos um software do tipo cliente-servidor, capaz de realizar o diagnóstico e identificar as possíveis falhas nos equipamentos ofertados, permitindo assim realizar correção da falha, minimizando o tempo de parada dos equipamentos.</p>			
6	95948	<p>IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL JATO DE TINTA com as seguintes características mínimas: função de imprimir, copiar e digitalizar, ciclo mensal de trabalho até 1000 páginas, velocidade de impressão ( preto e branco ) rascunho até 20 ppm , velocidade de impressão ( colorida ) rascunho até 16 ppm qualidade de impressão preto otimizada até 600 x 600 dpi e Cor: Até 4800 x 1200 dpi conectividade porta USB e sem fio, tipo de scanner base plana, formatos dos arquivos digitalizados JPEG, TIFF, PDF, BMP, PNG, resolução de digitalização, óptica até 1200 dpi, profundidade de bits 24 bits, tamanho da digitalização (no scanner de mesa), máximo 216 x 297 mm, Resolução de cópia (texto em preto) até 600 x 300 ppp, resolução de cópia (gráficos e texto em cores) até 600 x 300 ppp, cópias, no máximo até 9 cópias, alimentação voltagem de entrada: 100 até 240 VCA. Garantia mínima 12 meses; DOCUMENTAÇÃO: Documentação técnica que possibilite, sem necessidade de uso de nenhum outro recurso, a completa averiguação de conformidade com estas especificações. Todas as características técnicas obrigatórias deverão ser comprovadas através de catálogos, manuais, folders ou página da Internet (informar o endereço do site) do fabricante de cada componente do equipamento, os quais deverão ser entregues juntamente com as respectivas propostas técnicas. OUTROS REQUISITOS: o equipamento deverá ser novo, sem ter sido utilizado.</p>	Un	Único	127
7	93648	<p>ESTABILIZADOR de 1.5 KVA com as seguintes características: potência de saída nominal: 1.5 KVA; botão liga-desliga frontal, diretamente no equipamento; tensão de entrada 220 V AC ou bivolt 110/220 V AC (automático ou chaveada); tensão de saída 110 V AC ou chaveada 110/220 V AC; frequência de 60 Hz; Variação na tensão de entrada entre -10 e 15%; variação na tensão de saída de, no máximo, 6%; corrente nominal (220V) de, pelo menos, 7A; tomadas de 2 (dois) pólos e terra, padrão ABNT NBR 14.136; quantidade de tomadas 4 (quatro), mínimo; tipo: microprocessado; possuir porta fusível externo; atender à norma NBR 14373; comprimento mínimo do cabo de 1 metro. PROTEÇÃO: Contra sub/sobretensão, surtos de tensão, sobrecarga, curto-circuito e superaquecimento; GARANTIA: de 12 meses, prestada pelo fabricante do equipamento, diretamente ou através de sua rede de assistência técnica autorizada; DOCUMENTAÇÃO: documentação técnica (catálogos, manuais, folders ou cópia de página Web oficial do fabricante, informando o endereço do site) que possibilite, sem necessidade de uso de nenhum outro recurso, a completa averiguação de conformidade com estas especificações, incluindo itens opcionais ou fornecidos junto ao produto; caso alguma funcionalidade do produto seja disponibilizada como opcional, deverá estar explícito que o item opcional acompanhará o produto e todas as características técnicas obrigatórias deverão ser comprovadas através da documentação de cada componente do equipamento, os quais deverão ser entregues juntamente com as respectivas propostas técnicas; os catálogos, manuais e declarações não serão devolvidos; OUTROS REQUISITOS: o equipamento fornecido deve ser novo, não tendo sido ainda utilizado.</p>	Un	Único	127

2.1. A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano teve sua origem em 27 de outubro de 1951, quando, por ato, o então vicegovernador João Fernandes de Lima criou o Departamento de Serviço Social do Estado da Paraíba. Reestruturado, em 1966 o Departamento passa a ser a Secretaria Extraordinária do Trabalho e Serviços Sociais. Em seguida, evolui para a Secretaria do Trabalho e Serviço Social e, por fim, em 07 de Julho de 2005, transforma-se na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano – SEDH.

Responsável pela gestão da Política de Assistência Social no estado da Paraíba, a SEDH operacionaliza, além das ações inerentes à Assistência Social enquanto serviços continuados de proteção básica e especial, as políticas de Trabalho e Emprego, Segurança Alimentar e outros programas para a promoção dos Direitos Humanos, preparando o homem para o exercício pleno da sua cidadania. A Paraíba é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Ocupando uma área de 56.439 km<sup>2</sup>, o estado da Paraíba possui em seu território 223 Municípios e projeta uma população de 3.914.418 habitantes para 2013. A economia paraibana se baseia na agricultura e seu processo de industrialização está apoiado nas indústrias alimentícias, têxteis, couros, calçados, metalurgia, sucroalcooleira e a indústria do turismo.

De acordo com o censo demográfico de 2010, na Paraíba 75,37% da sua população vive na zona urbana e 24,63% vive na zona rural. Sua capital, João Pessoa, com 723.515 habitantes, concentra 19,2% da população e possuía a maior densidade demográfica do Estado: 421,30 hab./km<sup>2</sup>.

Dos 223 municípios paraibanos, apenas quatro possuem população superior a cem mil habitantes (João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita e Patos), seis entre 50 e 100 mil habitantes (Bayeux, Sousa, Cajazeiras, Cabedelo, Guarabira e Sapé), 20 entre vinte e cinquenta mil, 56 entre dez e vinte mil, 68 entre cinco e dez mil, 63 entre dois e cinco mil e 6 abaixo de dois mil habitantes.

Indicadores sociais do Estado mostram ainda que 95% das cidades paraibanas tinham mais da metade da população vivendo na pobreza absoluta. Dos 223 municípios, 112 possuíam mais de 50% de moradores pobres.

O Índice de Desenvolvimento Humano da Paraíba é considerado médio, conforme dados do PNUD. Segundo o último relatório, o seu valor é de 0,718, um pouco abaixo da média regional (0,720), estando na 24ª colocação em nível nacional e em sexto em nível regional, sendo superado pelos estados da Bahia (0,742), Sergipe (0,742), Rio Grande do Norte (0,738), Ceará (0,723) e Pernambuco (0,718), e à frente do Piauí (0,703), Maranhão (0,683) e Alagoas (0,677).

Segundo o IBGE, em 2010 o PIB da Paraíba alcançou 31,9 bilhões de reais. Semelhante ao restante do Brasil, a economia paraibana é uma economia concentrada, pois apenas cinco municípios (João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Santa Rita e Bayeux) somam juntos R\$ 18,3 bilhões, ou seja 57,4% do PIB produzido no Estado. A Paraíba está dividida em 14 regiões administrativas. As mais importantes são João Pessoa, Campina Grande, Guarabira, Patos e Itabaiana. Juntas somam 75% do PIB estadual.

Conforme os dados apresentados pelo PNAD, a Paraíba ocupa o 2º lugar no ranking dos estados nordestinos com maior número de pessoas em vulnerabilidade alimentar e social. Com um grau de insegurança alimentar moderado estão cerca de 48% da população, ou seja, 1,4 milhões de pessoas. Em uma situação mais crítica, estão 15,1%, da população, cerca de 637 mil pessoas em situação de insegurança alimentar grave.

Associado a situação atual dos municípios, quando a leitura dos indicadores mostram uma Paraíba com forte concentração de renda e um grande número de municípios de pequeno porte, temos a realidade factível de grande parte dos municípios paraibanos sem condições para realizar os investimentos necessários para estruturação de aparelhos comunitários de apoio às compras institucionais e o fortalecimento dos circuitos locais de produção.

Na perspectiva de enfrentamento à situação de insegurança alimentar e nutricional, o Governo da Paraíba assinou, em 2012, o Termo de Adesão do Estado ao novo Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade Doação Simultânea. A pactuação realizada entre o Governo da Paraíba e a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional propôs a expansão do PAA para 127 municípios nas 15 regiões operacionais da EMATER-PB e estabeleceu, conforme Plano Operacional, uma meta inicial de 611 fornecedores (da agricultura familiar) e 1816 entidades de assistência social atendidas, com um atendimento estimado a 137.826 pessoas. Estes números devem evoluir ao longo do processo de execução para 2199 produtores da agricultura fami

ar, demanda efetiva apresentada pelo estado da Paraíba para o PAA.

A escolha dos municípios, portanto está condicionada ao atendimento dos municípios que integram a expansão do PAA no estado da Paraíba. Por sua vez, este processo de ampliação do PAA seguiu com rigor os critérios estabelecidos pelo MDS para a definição dos produtores que devem participar do programa. Então, para finalizar a relação de municípios contemplados, a proposta considerou como critério objetivo a renda abaixo de 70 reais, o índice de pelo menos 40% de mulheres e a garantia de fornecimento de produtos agroecológicos.

A intervenção mais efetiva das ações de SAN no Estado passa pelo fortalecimento e ampliação do PAA e, conseqüentemente, a estruturação de centrais de recebimento do produto da agricultura familiar nos municípios. Com a instalação destas centrais de recebimento, o Governo da Paraíba fortalece o abastecimento local e auxilia as atividades de distribuição dos gêneros alimentícios adquiridos no âmbito dos programas de compras institucionais. Assim, o investimento nas centrais de recebimento promove ainda a possibilidade de conformação de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo para garantir o acesso regular e permanente à alimentação adequada e saudável das famílias nas 15 regiões operacionais da EMATER-PB.

O fortalecimento dos circuitos locais de produção e comercialização permite a redução das distâncias percorridas pelos produtos a serem transportados e diminui a necessidade de uso de redes de transporte, energia e logística. Ainda, o esforço para consolidação destes circuitos favorece a maior participação dos atores sociais nos processos de decisão e o maior cuidado com as questões ambientais.

Os circuitos locais de produção pedem que a produção e o consumo, sempre que possível, se dêem no mesmo território, beneficiando a sua cidade ou região, contribuindo na estruturação de uma economia de local que estimule a circulação de riqueza, articulem cadeias produtivas e absorva a mão de obra local.

Por tanto, o processo de ampliação do PAA e o desenvolvimento de outras modalidades de compras institucionais conduz a necessidade de estruturação nos municípios das centrais públicas de recebimento dos produtos da agricultura familiar. Este investimento permite, por sua vez, iniciar o debate para o processo de conformação dos circuitos locais de produção, condutor importante para o fortalecimento das economias locais e o desenvolvimento sustentável.

É importante citar que na execução desta proposta, a SEDH conta com a parceria da EMATER-PB, órgão do estado da Paraíba que operacionaliza o PAA e realizou o diagnóstico junto aos municípios beneficiados para apurar a demanda por equipamentos; bem como o CONSEA-PB, com que a SEDH estará realizando o processo de monitoramento da instalação/modernização das Centrais de Recebimento e realização do debate com os gestores públicos para principiar o processo de conformação dos circuitos locais de produção e comercialização.

Por fim, sendo a SEDH a Secretaria de Estado responsável pela gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional na Paraíba, como tema transversal a Política de Assistência Social, as ações de SAN são debatidas e deliberadas no âmbito do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, com quem o Governo da Paraíba mantém relacionamento de parceria para a construção e execução

das intervenções necessárias à garantia do direito humano a alimentação saudável.

Da mesma forma, a SEDH, na condição de gestora da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, ocupando a sua presidência e exercendo a função de Secretaria Executiva, debateu com seus membros a importância desta proposta para a evolução das ações de SAN no Estado

### 3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e do Decreto Estadual nº 24.649/2003.

### 4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. Os bens deverão ser entregues no prazo de até 30(trinta) dias, contados a partir da data do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, em remessa Parcela Única, no CICA- Centro Integrado de Cruz das Armas - s/n - Bairro de Cruz das Armas, no horário 08:00hs às 17:00hs.

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente logo após a entrega pelo(a) responsável

pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 30 dias(trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo máximo de 30(trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Se o recebimento dos bens for efetuado por unidade descentralizada, a unidade recebedora, por intermédio de servidor ou comissão designada, deverá encaminhar à unidade pagadora relatório declarando o recebimento do material e a conformidade das especificações técnicas e quantitativos juntamente com a Nota Fiscal.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.6. Como condição de recebimento do objeto pelo órgão/entidade contratante, e posterior pagamento, o fornecedor deverá comprovar, no ato da entrega do material, a origem da mercadoria ou bem fornecido ao Estado, respeitados os termos da proposta apresentada na licitação, quando este cotar preço para marca que não seja de sua fabricação, mediante apresentação de nota fiscal de origem.

4.7. O servidor ou Comissão responsável ao atestar o recebimento do objeto deverá informar se a entrega foi realizada no prazo; se não, anexar parecer técnico encaminhado ao Ordenador de Despesa, nos termos do Art. 4º da Lei nº 9.697/2012 (CAFIL).

4.8. Se o fornecedor for empresa do Estado da Paraíba, o servidor ou comissão responsável pelo recebimento verificará se o documento fiscal foi emitido nos termos do § 5º do Art. 1º do Decreto nº 35.320, de 2014 (Isenção do ICMS);

## 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/ servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da

boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.2 O objeto, quando for o caso, deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.4. substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo fixado neste termo de referência, o produto com avarias ou defeitos;

6.1.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.7. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## 7. CONTROLE DA EXECUÇÃO

7.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de recebimento, composta por, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

7.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 8. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. O prazo de vigência da contratação será de 90 (noventa) dias, a partir da data da assinatura do contrato ou da data da retirada/aceite da Nota de Empenho, e será adstrito à vigência do respectivo crédito orçamentário, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A CONTRATADA que, no decorrer da contratação, cometer qualquer das infrações previstas na Lei nº 8.666, de 1993, e na Lei nº 10.520, de 2002, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ficará sujeita às seguintes sanções:

9.1.1. advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretar

em prejuízos significativos ao objeto da contratação;

9.1.2. multa moratória de até 1 % (um) por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 10 (dez) dias;

9.1.3. multa compensatória de até 10 % (dez) por cento sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total;

9.1.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

9.1.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, pelo prazo de até dois anos;

9.1.6. impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual e o consequente descredenciamento do Registro Cadastral do Estado, pelo prazo de até cinco anos;

9.1.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

9.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se no que couber as disposições da Lei nº 8.666, de 199;

9.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

9.5. As penalidades previstas nos subitens 9.1.5 a 9.1.7. importarão na inclusão da contratada no Cadastro de Fornecedores Impedidos de licitar e Contratar com o Estado da Paraíba-CAFIL/PB.

## 10. SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

João Pessoa - PB, 08/05/2015

Graciliana Luiza Rodrigues dos Santos Soares

Assistente Técnico

1522370

Aprovo, em oito de maio de dois mil e quinze

Maria Aparecida Ramos de Meneses

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano

VERSÃO MODELO Nº 2.5, de 19/11/2014